

## **INDÍCIOS DO MOVIMENTO SUFRAGISTA NO BRASIL EM PERIÓDICOS DOS SÉCULOS XIX-XX**

Willian Felipe Severino<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Graduando em História pela Universidade do Sagrado Coração, Bauru-SP

### **RESUMO**

O objetivo do presente artigo é compreender o papel dos periódicos na disseminação de elementos do movimento sufragista no Brasil entre os séculos XIX-XX. Por meio da análise do discurso, busca-se verificar a existência de discursos homogêneos que possibilitaram a emancipação moral e política da mulher.

**Palavras-chave:** Movimento sufragista. Periódicos. Emancipação.

### **INTRODUÇÃO**

O movimento sufragista é caracterizado por diversas reivindicações femininas que visavam em especial, o direito ao sufrágio, ou seja, a possibilidade de voto em eleições públicas. Dentre as pautas do movimento, também é pertinente salientar que tratavam de assuntos como participação e representatividade política, equidade de gênero e acesso amplo à educação básica e ingresso feminino ao ensino superior.

De acordo com Alves (1980, p. 90), “A ruptura ideológica não ocorre sem que haja condições materiais para isto.”, portanto:

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de freqüentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto. O sufragismo foi o mote de luta do feminismo, como todos sabem, e foi também a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. Sobre tal assunto, há um número muito grande de textos, de manifestos no mundo ocidental em geral, e no Brasil não foi tão diferente, embora de modo menos acentuado. (MUZART, 2003, p. 226)

Este movimento ganhou proporções mundiais, chegando ao Brasil ainda que de forma tímida, acredita-se que os meios de comunicação de massa tenham possibilitado sua difusão, resultando na extensão do direito ao voto às mulheres em 24 de fevereiro de 1932, sob o governo de Getúlio Vargas.

Como os periódicos são um importante meio de comunicação de massa, busca-se por meio destes, acompanhar e compreender o processo de divulgação dos ideários do movimento sufragista no Brasil. Tendo em vista periódicos dirigidos, escritos e voltados para mulheres,

de modo em que se possa melhor analisar os discursos proferidos por elas. Utilizando-se de periódicos “feministas” como o Jornal das Senhoras (1852), O Sexo Feminino (1873), A Família (1888) e boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1934), disponibilizados digitalmente em bases de dados da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e o Museu Virtual Bertha Lutz.

Sendo assim, pretende-se verificar nos discursos presentes nestes periódicos feministas, elementos constituintes do movimento sufragista, apontando para a possibilidade de formação de uma ideologia homogênea e arrebatadora propagada por meio dos periódicos.

## DESENVOLVIMENTO

Para Muzart (2003), estes periódicos estavam à frente de seu tempo, já debatendo questões como o exercício da mulher em profissões liberais, igualdade jurídica e em especial o sufrágio. Formando uma rede de comunicação feminina capaz de aperfeiçoar tais argumentos que possibilitaram a discussão desses periódicos feministas nos dias de hoje.

[...] vários textos nitidamente feministas de feministas ativas como as periodistas, as fundadoras de jornais e periódicos. Essas tiveram uma quota considerável de responsabilidade no despertar da consciência das mulheres brasileiras, um papel fundamental. (Ibid, 2003, p. 226)

Deve-se considerar que muitos destes periódicos feministas tinham que se manter no mercado, muitos recorriam a expor conteúdos com um ar “cor-de-rosa”, voltados para a devoção à família, trazendo temáticas como bordado, culinária, dicas de beleza, moda entre outros, também trazendo no meio de suas paginas criticas a sociedade patriarcal e reafirmando a necessidade da mulher se auto emancipar. Quando não, teciam tais criticas de forma subjetiva presentes em poesias e contos literários, muitas vezes através de colaborações de leitoras que se utilizavam de pseudônimos.

Dentre as temáticas destes periódicos:

O direito ao voto concentrou a maior parte das reivindicações feministas brasileiras nas três primeiras décadas do século. A educação, que fora a grande bandeira do século passado, continuava em pauta nas publicações militantes, porém o voto despertava mais paixão. (BUIIONI, 1986, p. 53)

Os discursos utilizados são a peça central para reorganização da mulher entre os séculos XIX-XX, pois por meio da:

[...] linguagem, embora podendo *indicar* e *representar* a realidade em maior ou menor grau, promove igualmente a construção de determinadas idéias e crenças sobre o mundo (mundividência), bem como a edificação de determinados valores (SOUSA, 2004, p. 18)

Os mesmos foram estritamente eficazes, desempenhando o papel de transmitir por meio de um espaço exclusivamente feminino, a voz das inúmeras mulheres silenciadas por seu tempo. Dando o aporte necessário para que a consciência igualitária entre homens e mulheres, não só por meio de críticas fervorosas a sociedade, mas também em formato de literatura em que reforçavam autoafirmações femininas em relação aos homens.

## 2.1 O JORNAL DAS SENHORAS

Considerado o primeiro periódico feminista brasileiro, criado em 1852 no Rio de Janeiro e dirigido pela argentina Juana Paula Manso e colaboradoras que tinham como principal objetivo transmitir por meio dos periódicos a emancipação moral da mulher para o melhoramento do status da figura feminina. A partir de uma coluna retirada das primeiras edições do Jornal das Senhoras, vemos o seguinte:

Mas deixemos essas digressões; o que vem a ser essa tal emancipação moral da mulher?

Eu vo-lo digo.

É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo dos seus direitos, que o brutal egoísmo do homem lhe rouba e dos quaes á desherda, porque tem em si a força material, e porque ainda se não conveceo que um anjo lhe será mais útil que uma boneca.

E' um perigoso e terrivel inimigo para a realização do nosso desejo, o egoísmo do homem!.. (O Jornal das Senhoras, 11 de janeiro de 1852).

A emancipação da mulher é tema constante nestes periódicos, de acordo com Buitoni (1986), o direito ao voto estava presente em boa parte destes discursos, do mesmo modo em que a educação da mulher era sempre discutida e vista como um dos pilares para se atingir o sufrágio. Não podendo assim desassociar uma da outra.

## 2.2 O SEXO FEMININO

Surge na cidade de Campanha da Princesa (MG), em 1873 pela mineira e educadora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, se muda para o Rio de Janeiro e em conjunto com outras mulheres, dão início ao semanário literário e noticioso chamado O Sexo Feminino, como afirma Gatti (2016, p. 20) “Trata-se, portanto, de uma rede de sociabilidade entre mulheres tecida em torno do periódico”.

A emancipação racional feminina, conforme enunciada na primeira edição, seria orientada pelos princípios da igualdade, da fraternidade e da liberdade (aqui, temos uma clara referência ao ideário revolucionário, o que demonstra como as ideias geradas na Europa tinham profunda influência e encontravam ressonância na sociedade brasileira de então). Tais princípios se distanciam e até mesmo se opõem profundamente à instituição da escravidão, um grilhão ao verdadeiro aperfeiçoamento moral e intelectual de uma sociedade, segundo o Jornal. O abolicionismo está presente no discurso do jornal como causa de liberdade, à qual as mulheres também deveriam aderir. (GATTI, 2016, p. 22).

Já se observa neste periódico a representação da imagem de uma mulher consciente de seu lugar na sociedade, o ambiente doméstico já não a segura, reivindica-se seu acesso a esfera política, a reformulação do pensamento do homem sobre a mulher e como a mesma se vê. Como é possível analisar no trecho:

### **O que queremos?**

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;

Queremos reaver nossos direitos perdidos;

Queremos a educação verdadeira que não tem dado o dom de que possamos educar também nossos filhos;

Queremos a instrução para conhecermos nossos direitos e dele usarmos em ocasião oportuna;  
Queremos conhecer os negócios de nosso casal para bem administra-los quando a isso formos obrigadas;  
Queremos, enfim, saber o que fazemos, o porquê, o pelo quê das coisas;  
Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas;  
Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa;  
Só o que não queremos é continuar a viver enganadas. (O Sexo Feminino, 25 de outubro de 1873).

É perceptível a mudança dos discursos, nos primeiros periódicos feministas é comumente utilizado o gênero literário conselho, sempre mencionadas em formas de conselhos que “guiam” a mulher para a emancipação, com o crescimento desta linha de periódicos especializado nos interesses da mulher, é possível também notar a evolução dos discursos.

### 2.3 A FAMÍLIA

No mês de novembro de 1888, entra em circulação o jornal A Família, criado e dirigido pela docente Josephina Álvares de Azevedo, apesar de seu título sugerir preconceções voltadas ao ambiente doméstico, não é este o seu objetivo, pretende-se expor suas ideias a respeito da educação da mulher, de forma alguma se quer criar um levante ou uma batalha cruzada, mas despertar a autoafirmação feminina.

Apoiada nos ideais de igualdade do Iluminismo e no exemplo de mulheres como Susan Stanton, Josephina deixa claro que seu desejo é endossar a causa feminista no Brasil e para que isto acontecesse, as mulheres deveriam se unir. Livres do torpor secular que as adormeceu, a mulher da era moderna deveria se instruir, participar ativamente da política, da economia, da medicina e das leis. A igualdade entre os sexos seria o único caminho para a evolução da pátria. (OLIVEIRA, 2009, p. 24)

Josephina explana nas páginas do jornal A Família a necessidade da mulher ser capaz e dever competir com homens tanto na direção do ambiente doméstico quanto no ambiente executivo do estado. Logo após o lançamento de sua primeira edição, dividiram-se opiniões nos meios comunicativos e nos meios populares, seu conteúdo é visto de formas dicotômicas que ou vão partir do reconhecimento de seus ideais ou se vão criar forças contrárias.

Uma frase muito peculiar presente na primeira edição representa de forma o cenário comunicativo “A imprensa que fulmina o erro, também desperta consciências adormecidas” (A Família, ano I, nº I).

### 2.4 FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Os boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foram criados 2 anos depois da extensão do direito ao voto as mulheres, mas ainda assim, é notável os esforços dado pela FBPF para inserir a mulher na política.

Propagando as atividades da FBPF e ideias feministas para a população, além de transmitir tais informações, também é posto em pauta a importância da participação efetiva da mulher na sociedade, lançando também candidatas femininas a cargos públicos, como Bertha Lutz, um ícone da campanha feminista e uma das principais propulsoras do direito ao voto.

Logo na primeira edição do boletim, é exposto “os dez mandamentos” feministas:

### **Decálogo feminista**

Toda mulher deve:

- 1º Exercer seus direitos políticos e cumprir seus deveres cívicos.
  - 2º Interessar-se pelas questões públicas do país.
  - 3º Ter ocupação útil a sociedade.
  - 4º Alistar-se e votar.
  - 5º Votar consciente e criteriosamente.
  - 6º Não entregar seu título eleitoral.
  - 7º Dedicar-se a causa feminista, crente no triunfo dos seus ideais.
  - 8º Votar somente em quem for feminista.
  - 9º Bater-se pela conquista e pleno exercício de seus direitos sociais e políticos.
  - 10º Trabalhar pelo aperfeiçoamento moral, intelectual, social e cívico da mulher.
- (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, outubro de 1934).

Percebe-se a conotação de preservação dos seus direitos e o papel da mulher para tal, incentivando a mesma a adentrar nas questões públicas para que a mesma possa decidir sobre seus próprios temas.

Para Waszak (2015), as instituições que potencializavam a importância da conscientização da mulher sobre a reivindicação de seus direitos, tiveram um papel fundamental para a alteração do status da mulher no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com Alves (1980), os meios jornalísticos são ideais para o estudo de discursos ideológicos, pois não se restringem a indagações de cunho jurídico, sendo observada certa autonomia de expressão tanto de argumentos contra quanto aos prós.

Conclui-se que estes

[...] textos nitidamente feministas de feministas ativas como as periodistas, as fundadoras de jornais e periódicos. Essas tiveram uma quota considerável de responsabilidade no despertar da consciência das mulheres brasileiras, um papel fundamental. (MUZART, 2003, p. 226).

Os mesmos exerceram um importante papel para o desenvolvimento da causa sufragista, possibilitando que o Brasil fosse o primeiro país da América Latina a estender o direito ao voto às mulheres. Ao se utilizarem de colaboradoras-leitoras, fizeram com que o acesso a tais informações abrangesse uma vasta gama, criando uma rede de feministas que dialogavam entre si por meio dos periódicos.

Em suma:

[...] a extensão de voto às mulheres significava e significa, ainda hoje, o acesso aos canais de decisão, executivas e legislativas e, nesses, a fundamental possibilidade de serem tratadas questões femininas, de serem legislados assuntos relativos às mulheres, a partir da ótica das mulheres. (BESTER, 2016, p. 330)

## **REFERÊNCIAS**

A FAMÍLIA. São Paulo, 18 nov. 1888.

ALVES, B, M. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

BESTER, G, M. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Argumenta jornal law**, Jacarezinho, n. 25, p. 327-343, jul./dez. 2016. Disponível em: < <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/907>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BOLETIM DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO. Rio de Janeiro, out. 1934.

BUITONI, D, S. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CASADEI, E, D. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Altegor**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2012. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

DE LUCA, T, R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C, B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p. 111-153.

GATTI, S. A emancipação racional da mulher: o periódico O sexo feminino e a luta feminina por direitos sociais às vésperas da república. **Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 2016. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/clio/article/view/47164>>. Acesso em: 28 maio 2017.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2003.

MUZART, Z, L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jan./jun. 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

O JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro, 11 jan. 1852.

O SEXO FEMININO. Rio de Janeiro, 25 out. 1873.

OLIVEIRA, K, R. **Josefina Álvares de Azevedo**: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família. Brasília: Ministério da cultura, 2009. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/josefina-alvares-azevedo-voz-feminina-seculo-xix-atraves/karine\\_da\\_rocha.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/josefina-alvares-azevedo-voz-feminina-seculo-xix-atraves/karine_da_rocha.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Edições Bagaço, 2005.
- PÁDUA, E. M. M. Análise de conteúdo, análise de discurso: Questões teórico-metodológicas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 13, p. 21-30, nov. 2002. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/316/299>>. Acesso em: 03 maio 2017.
- SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P.(Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. Cap. 3, p. 63-96.
- SOARES, I, O. **Para uma leitura crítica dos jornais**. 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- SOUSA, J, P. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**: um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- WASZAK, A, I. A inserção feminina na política: uma análise da primeira edição do “Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”. **Revista Vernáculo**, n. 36, p. 12-30, jul./dez. 2015. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/36522/25632>>. Acesso em: 17 abr. 2017.